

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14/Out

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2862/2022 

NOTA DO SINDIVIGILANTES/BA À IMPRENSA SOBRE EPISÓDIO NO ALTO DO ITAIGARA

A diretoria do Sindivigilantes/BA lamenta profundamente o episódio trágico que vitimou mortalmente, o colega Jocelando Macedo Silva, no último sábado (08), no Alto do Itaigara, na capital baiana. Ofertando solidariedade aos mais de trinta mil vigilantes que atuam na Bahia, a entidade junta-se à família neste momento de luto. Além dele, outro colega que estava presente na ocorrência foi ferido. As imagens veiculadas na imprensa mostram o total destemor dos trabalhadores no cumprimento do dever e o elevado grau de profissionalismo aliado ao companheirismo que tanto pregamos na categoria.

De forma diligente, nos colocamos em pronto apoio e iniciamos as devidas avaliações de cenários e cobraremos das empresas e do Poder Público que procedam com as providências devidas na responsabilização dos envolvidos e no sentido de garantir atuações seguras para os profissionais.

Cabe ressaltar que os colegas eram aptos e devidamente treinados para executarem suas funções. Destacamos que Jocelando Macedo era acadêmico do curso superior de Gestão da Segurança e formado na profissão em instituição autorizada pela Polícia Federal.

Cobramos as autoridades públicas que apresentem considerações sobre autorização para fechamentos de vias públicas com cancelas e bem como, a competência de efetuar a segurança nessas áreas no limites de circulação externa aos condôminos.

O ataque no Alto do Itaigara aponta na direção de um debate sobre a atuação de entes privados e a Administração Pública em relação à atuação de empresas sem autorização ou qualificação que insistem em arremeter trabalhadores em situações precarizadas para o serviço de segurança privada em áreas notadamente públicas e de equivocado uso particular condominial. A expectativa da entidade é discutir sobre a responsabilidade e os limites no espaço urbano diante do claro favorecimento de bairros e trechos de classe alta.

Em tempo, reafirmamos nossa solidariedade irrestrita e apoio imediato à família e colegas atingidos por essa tragédia que mancha a história da sociedade soteropolitana.

FONTE: SINDIVIGILANTES/BA

Patrão que ameaça demitir se Lula vencer, quer manter privilégio e tirar direitos

Empresários apoiam Bolsonaro por temerem que trabalhador tenha de volta seus direitos, que foram retirados com a reforma Trabalhista



O aumento das ameaças feitas por empresários e prefeitos que apoiam Jair Bolsonaro (PL), de que haverá demissões em massa e que empresas irão fechar, se o ex-presidente Lula (PT) vencer o segundo turno da eleição presidencial marcada para o próximo dia 30 deste mês (domingo), nada mais é do que o medo deles de perderem privilégios e continuarem ganhando muito dinheiro enquanto o trabalhador vive endividado e passando necessidades. A cada dia que passa mais denúncias de assédio eleitoral para que o trabalhador vote em Bolsonaro vêm à tona. Veja abaixo como denunciar.

Por que os patrões preferem Bolsonaro

Os patrões querem aprofundar a reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), que retirou mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legalizou o bico, o trabalho intermitente, reduziu a hora do almoço, acabou com a gratuidade da justiça trabalhista, fez a negociação entre patrão e empregado valer mais do que diz a legislação, entre outros direitos perdidos.

Confira abaixo as mudanças mais perversas da reforma Trabalhista.

A eleição de Bolsonaro irá garantir aos patrões não apenas a manutenção das regras da reforma Trabalhista como vai aprofundar a retirada de direitos e é isso o que os

patrões querem. Uma demonstração clara dessa intenção foi dada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Femig), que entregou ao presidente da República um documento pedindo a redução de direitos, sugerindo, inclusive, o trabalho aos domingos, como se o trabalhador não tivesse o direito ao descanso e ao convívio familiar, pois esse é o dia da semana que a maioria da população tem para estar com os filhos e ir a atividades religiosas e de lazer.

O vice-presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas alerta que a reeleição de Bolsonaro significa dar aos patrões a chance de acabar com os direitos que ainda sobraram depois do golpe de 2016, que retirou Dilma Rousseff (PT) da presidência da República.

“O golpe de 2016 foi feito para que os trabalhadores perdessem direitos; para acabar com o papel dos sindicatos, impedindo negociações coletivas. Por isso que entendemos que essa eleição presidencial é a eleição de nossas vidas. O empresariado quer empregos sem direitos”, afirma

O que está em discussão é a qualidade de vida e o futuro dos trabalhadores. A eleição de Lula é o contragolpe ao golpe, porque ele viveu e vive na pele o drama dos trabalhadores- Vagner Freitas

Como denunciar coação eleitoral

A lei é clara, é proibido patrão pressionar o trabalhador a votar em quem ele indica. Para impedir que esse tipo de coação cresça, o Portal da CUT Nacional disponibilizou uma ferramenta em que é possível fazer a denúncia de uma maneira fácil e segura (a pessoa não precisa se identificar se não quiser).

Veja como denunciar

Desde que foi lançada há uma semana, foram recebidas 92 denúncias.

O Ministério Público do Trabalho também registrou o aumento desse tipo de crime. De acordo com o órgão foram registradas 173 denúncias

Bolsonaro quer desviar atenção da crise econômica

O dirigente da CUT ressalta ainda que a discussão que deve ser feita entre os trabalhadores deve ser as perdas de direitos e de renda, que Bolsonaro tenta desviar para uma pauta de costumes.

“Temos falado para o trabalhador que basta comparar como era a vida dele no governo Lula, com emprego com direitos, benefícios sociais e perspectiva de aposentadoria. Essa é a grande

discussão, não é a religião de cada um, se vai ter banheiro unissex, o debate é mais profundo, é da economia para melhorar a qualidade de vida do nosso povo e o único presidente que fez isso foi Lula”, diz Vagner.

Bolsonaro quer reduzir ainda mais os direitos da classe trabalhadora

O aprofundamento da reforma Trabalhista que deverá ocorrer com Bolsonaro reeleito, é duramente criticado pelo secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional, Valeir Ertle. Segundo ele, os sindicatos estão atentos a isso e conseguiram barrar no Senado Federal as propostas de Bolsonaro, que foram aprovadas pela Câmara dos Deputados. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), precisa ser aprovada tanto pelos senadores como pelos deputados federais para passar a valer.

“Derrotamos a grande maioria das propostas do governo no Congresso Nacional, que tinham e ainda tem apoio dos empresários. Para eles a precarização do trabalho, a retirada de direitos é um grande negócio”, diz.

O trabalhador tem de entender que Bolsonaro quer retirar mais direitos como FGTS, 13º salário e até parcelar as férias. Trabalhador que vota em Bolsonaro está dando um cheque em branco para ele retirar seus direitos e diminuir os salários- Valeir Ertle

A redução salarial é uma meta desde o início do governo Bolsonaro que acabou com a política de valorização do salário mínimo, em seu primeiro ano de mandato, em 2019. A valorização do mínimo foi criação do governo Lula e, continuado por Dilma Rousseff (PT), resultando num reajuste do piso nacional em 77% acima da inflação.

Confira os direitos que Bolsonaro tentou retirar e vai tentar de novo se for reeleito

Num boletim, a CUT e demais centrais sindicais fizeram uma lista dos direitos trabalhistas que o atual governo quer derrubar. O download do boletim pode ser feito aqui.

Facada no FGTS

Governo já tem estudo pronto pra detonar nosso Fundo de Garantia, mas engavetou com medo de perder votos.

Redução na multa na demissão

Cai de 40% pra 20% e o recolhimento mensal do FGTS baixa de 8% para 2%.

Acidentes de trabalho matam mais

Ele alterou as Normas Regulamentadoras (NRs). Destruiu os mecanismos de controle e fiscalização do Ministério do Trabalho. O resultado são mais doenças, acidentes e

mortes. Bolsonaro só não destruiu ainda mais graças a atuação da CUT e dos trabalhadores que conseguiram derrubar os retrocessos.

Ataques - MP 1.045/21

Retira direitos por meio da Carteira Verde e Amarela. A MP 1.045/ 21 também foi barrada graças a atuação da CUT e demais centrais sindicais

Trabalho aos domingos - MP 881/19

Trabalho aos domingos e feriados sem pagar adicional da hora trabalhada. para todas as atividades, sem necessidade de autorização ou de negociação coletiva, com escalas muito mais flexíveis sem garantia de que ao menos uma vez ao mês haveria coincidência de descanso aos domingos. Felizmente, o Senado não deixou passar.

Sem Carteira Assinada- MP 1.099/21

Trabalho voluntário com meio salário mínimo. Empresários podem contratar mão de obra barata, sem Carteira Assinada e sem salário decente.

Férias parceladas

O período de descanso do trabalhador poderá ser dividido e pago em até 12 vezes ao longo do ano.

Proíbe trabalhador de aplicativo de ser CLT

Uma das maldades propostas pelo governo Bolsonaro foi a que literalmente proibiria motoristas, entregadores e outros profissionais que trabalham por aplicativo de ter os mesmos direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com isso, o trabalhador ficaria sem direito ao 13º, férias, descanso remunerado, FGTS e outros benefícios.

Vagner Freitas ressalta que não é apenas a revogação da reforma trabalhista que interessa, mas colocar novos direitos aos trabalhadores, cujas categorias não tem nenhuma regulamentação, como os de aplicativos.

“O mercado de trabalho mudou e as empresas chamam de colaboradores quem está sem direito algum. A proposta de Lula é enquadrar essas categorias numa legislação para que tenham direitos garantidos”, afirma.

Direitos que a reforma Trabalhista de Temer retirou e Bolsonaro mantém

Negociado sobre legislado

O principal retrocesso foi a imposição do negociado sobre o legislado. Ou seja, um acordo ou convenção coletiva entre sindicato patronal e de trabalhadores poderá se sobrepor às leis trabalhistas.

Trabalho intermitente

A reforma trabalhista também legalizou uma modalidade que não era prevista em lei: a jornada intermitente. Nela, o trabalhador pode ser pago por período trabalhado, recebendo por horas ou diária. Na prática, isso faz com que o trabalhador perca o direito até a receber o salário mínimo.

Ampliação de jornada e redução do almoço

Com a reforma, tornou-se possível que, no acordo coletivo, seja definida uma jornada de trabalho superior a 8 horas diárias. A lei abriu, assim, a possibilidade para que o trabalhador cumpra jornadas de 12 horas, ou até mais. Também permite a redução do horário de almoço de uma hora para 30 minutos.

Fim do respaldo jurídico

A lei também colocou que a Justiça do Trabalho analisará apenas a forma dos acordos, e não o seu conteúdo. Ou seja, mais uma vez, deu carta branca para os patrões negociarem a perda de direitos dos seus funcionários.

Estímulo ao contrato em tempo parcial

A reforma aumentou o regime de tempo parcial de 25 para 30 horas. O contrato em tempo parcial também possibilita salários abaixo do mínimo, já que contabiliza a remuneração proporcional às horas trabalhadas com base no salário mínimo.

Estímulo ao trabalho temporário

A nova lei ampliou o trabalho temporário de 90 para 120 dias, renováveis por mais 120. Na prática, a empresa passou a poder manter um trabalhador por oito meses sem formalizar sua situação.

Tempo na empresa

A CLT considera serviço efetivo o período em que o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens. Com a nova regra, porém, não são consideradas dentro da jornada de trabalho as atividades no âmbito da empresa como descanso, estudo, alimentação, interação entre colegas, higiene pessoal e troca de uniforme.

Representação sindical

A lei assegurou a eleição de um representante dos trabalhadores no local de trabalho, mas não estabeleceu critérios. Assim, o representante não necessita ter filiação sindical, por exemplo. “Isso vai abrir espaço para que as empresas, os patrões, possam usar de artifícios para escolher esses representantes”, pontuou, na época, Vagner Freitas.

FONTE: CUT

MPT registrou 173 denúncias de coação eleitoral. Só o PortalCUT recebeu mais de 60

As denúncias de assédio eleitoral feito por patrões que querem obrigar trabalhadores a votar em seu candidato explodiram este ano. Denuncie. Isso é crime

SECOM/CUT



FATOS

- ✓ Seu chefe não controla o seu voto
- ✓ Seu voto é secreto
- ✓ Influenciar funcionários/as na eleição É CRIME
- ✓ Você pode denunciar

DENÚNCIA ANÔNIMA E ONLINE: CUT.ORG.BR

O Ministério Público do Trabalho (MPT) já registrou 173 denúncias de coação eleitoral e abriu 83 procedimentos contra patrões que estão fazendo ameaças ou oferecendo dinheiro aos trabalhadores e trabalhadoras para que votem no presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

Algumas dessas denúncias foram registradas na página que o PortalCUT colocou no ar

para facilitar a vida dos trabalhadores. Após confirmar a ilegalidade, a CUT Nacional encaminha as denúncias para o MPT, como foi o caso do prefeito de Cupira, em Pernambuco, que ameaçou atrasar o pagamento dos salários caso o ex-presidente Lula (PT) vença as eleições.

A região Sul do país lidera o ranking de assédio praticado por patrões bolsonaristas, com 83 denúncias, sendo 30 do Rio Grande do

Sul, 29 do Paraná, e 24 de Santa Catarina.

Na segunda posição está a região Sudeste, com 43 denúncias registradas. Seguida pelo Nordeste (23), Centro-Oeste (13) e Norte (11).

Ameaçar trabalhador de demissão ou de atraso no pagamento de salários, soltar comunicados para clientes e fornecedores dizendo que vai reduzir investimentos em 2023 se o ex-presidente Lula (PT) ganhar é crime eleitoral previsto na legislação brasileira. Os trabalhadores devem denunciar, não precisam nem se identificar, se não quiserem.

E quem denunciar, pode ter certeza, o empresário que cometeu o crime será punido. Em pelo menos três casos, o Ministério Público já puniu patrões que não cumpriram a lei.

- No Rio Grande do Sul, o MPT ajuizou uma ação contra a empresa Stara pedindo indenização de R\$ 10 milhões.

- No Pará, patrão que ofereceu R\$ 200 por votos em Bolsonaro é multado em mais de R\$ 150 mil. Ele é dono de uma empresa de tijolos e telha no estado e foi flagrado em vídeo onde oferece dinheiro em troca de votos em seu candidato. O empresário assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo MPT-PA para não enfrentar uma ação na Justiça.

- Na Bahia, também para fugir de uma ação na Justiça, ruralista que estimulou colegas a demitir sem dó quem votasse e Lula assinou um TAC onde se compromete a não repetir a ilegalidade crime, pedir desculpas e bancar uma campanha nas rádios explicando que assédio eleitoral é crime.

Denúncias que estão no MPT

Do total de denúncias que chegaram ao MPT, algumas delas encaminhadas pela CUT Nacional, 25 aconteceram em ambiente presencial e 38

no virtual. Alguns dos casos não trazem esse registro.

Nos vídeos que viralizaram nas redes sociais é possível ver patrões ameaçando de demissão, corte nos investimentos e até oferecendo R\$ 200 se Bolsonaro ganhar.

Campanha do Lula preocupada com o crime

A campanha do ex-presidente Lula está preocupada com o aumento dos casos de assédio eleitoral e se reuniu, na quinta-feira (6), com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre Moraes, para pedir providências.

O ministro garantiu que a Justiça Eleitoral está atenta às denúncias, e que os casos serão investigados e punidos.

Na avaliação do comando da campanha de Lula, os casos, que explodiram esta semana, não estão restritos às grandes companhias e colocam em risco a democracia.

“Isso está se alastrando ao nível do micro e pequeno empresário. É um risco à liberdade do voto, fere a democracia,” afirma o senador Jean Paul Prates (PT-RN).

“Nós estamos muito preocupados com isso que está acontecendo em larga escala. Isso se caracteriza como crime eleitoral, mas também crime contra o direito trabalhista. Na nossa conversa com o presidente do TSE, ele deixou muito claro que estão acompanhando muito de perto essas questões”, afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE) ao jornal Folha de S Paulo.

FONTE: Redação CUT | Editado por: Marize

Muniz

Com 38,7 milhões sem renda de trabalho, desemprego preocupa 82% das pessoas



Desde a malfadada reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), em 2017, milhares de trabalhadores e trabalhadoras estão sobrevivendo de bicos e de auxílios e benefícios públicos. Até agora esperam os 6 milhões de empregos que a equipe de Michel Temer prometeu em troca da retirada de mais de 100 direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além da explosão da informalidade, o país tem atualmente quase 39 milhões de pessoas vivendo sem renda do trabalho. O tema, é claro, é a maior preocupação para 82% dos eleitores, segundo o Datafolha.

A última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que apesar da taxa do desemprego ter caído em relação aos últimos levantamentos (ficou em 8,9% no trimestre encerrado em agosto ante 9,1% de

julho), o que se tem é o trabalho precarizado, sem direitos, com salários reduzidos insuficientes para a sobrevivência do trabalhador que tem de pagar aluguel, o transporte, a comida e outros itens básicos para ter uma vida digna. O trabalho sem carteira assinada bateu recorde da série histórica e chegou a 13,2 milhões de pessoas, 100 mil a mais do que na pesquisa anterior.

O cenário é o oposto do registrado nos 13 anos dos governos de Lula e Dilma, ambos do PT, quando foram criados 19,4 milhões de empregos formais – média de 1,5 milhão por ano –, com carteira assinada, ou seja, com direitos como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros que Temer não conseguiu exterminar.

Após quase quatro anos do governo Jair Bolsonaro (PL), sem que seu ministro da

Economia, Paulo Guedes, tivesse apresentado uma proposta sequer de geração de emprego e renda, a falta de emprego decente levou 38,7 milhões de pessoas a sobreviverem de sem qualquer renda originária do trabalho, seja formal ou informal.

Segundo um estudo elaborado pelo sociólogo Rogério Barbosa, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), o número corresponde a 17,9% da população em 2021, o segundo maior patamar já registrado desde 2012, e só fica atrás de 2020, quando o isolamento social imposto para evitar a propagação da pandemia de Covid-19 impediu que parte dos trabalhadores conseguisse trabalhar.

Além de ganhos com o trabalho, as famílias podem receber aposentadorias, pensões, benefícios sociais, aluguéis, juros e dividendos. A maior parte tem remuneração do trabalho, que costuma corresponder a 75% da renda familiar. Mas há 2% da população, cerca de 4 milhões de pessoas, que não recebem qualquer tipo de remuneração. Esse percentual dobrou em relação a 2012 e representa a maior parcela já registrada de brasileiros sem qualquer tipo de renda, explicou o autor do levantamento ao jornal O Globo.

Eleitores preocupados com o desemprego

A preocupação com um futuro decente com trabalho e renda preocupa 82% dos eleitores aptos a votar neste segundo turno, no próximo dia 30 (domingo), segundo o Datafolha. O instituto de pesquisa perguntou qual a importância que o entrevistado dá para diversos temas na hora de definir o voto, considerando uma nota de 1 (nada importante) a 5 (muito importante).

No geral, a redução do desemprego é apontada como tema muito importante para 82% dos eleitores. Na faixa de escolaridade, esse percentual é de 75% entre aqueles com ensino fundamental, sobe para 84% na faixa com ensino médio e chega a 86% para quem tem ensino superior.

Por faixa de renda, o percentual começa em 79% para quem ganha até dois salários mínimos mensais (R\$ 2.424), fica em torno de 85% nas faixas intermediárias de renda e vai a 88% para famílias na faixa acima de dez salários mínimos (R\$ 12.120). Ou seja, o desemprego preocupa

mais quem tem maior escolaridade e maior rendimento.

Por faixa etária, a preocupação é maior para as pessoas mais jovens em idade de entrar no mercado de trabalho, a partir de 16 anos seguindo até os que têm 34 anos, idade em que normalmente as pessoas começam a subir hierarquicamente em suas carreiras, com melhores salários.

Inflação e Auxílio Brasil são os temas em 2º e 3º lugar de preocupação do eleitor

Segundo o Datafolha, a inflação e a manutenção do Auxílio Brasil, ficaram respectivamente em segundo e terceiro lugares, como temas de definição do voto no segundo turno da eleição presidencial.

O combate à inflação obteve 81% das respostas dos entrevistados na média geral. O percentual é de 77% para pessoas com ensino fundamental e chega a 84% para eleitores com curso superior. Entre os eleitores na faixa de dois a dez salários mínimos de renda, essa preocupação atinge 85% deles.

A manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 é apontada por 65% dos eleitores como muito importante na definição do voto. Este índice sobe para 72% nas faixas de ensino fundamental e renda até dois mínimos —aquelas que concentram a maior parte dos beneficiários. Na faixa mais alta de renda, está em 49%. Fica em 70% entre eleitores no Norte e Nordeste e em 60% no Sul e Centro-Oeste.

Quem não votou no primeiro turno poderá votar normalmente

Apesar da ausência, quem não votou no primeiro turno pode votar no segundo, pois cada turno de votação é uma eleição independente. Votar, dizem os dirigentes da CUT, é essencial para definir o Brasil que queremos no futuro: o do desemprego e da fome ou o do combate a essas mazelas que cresceram desde o golpe de 2016 e pioraram desde 2019?

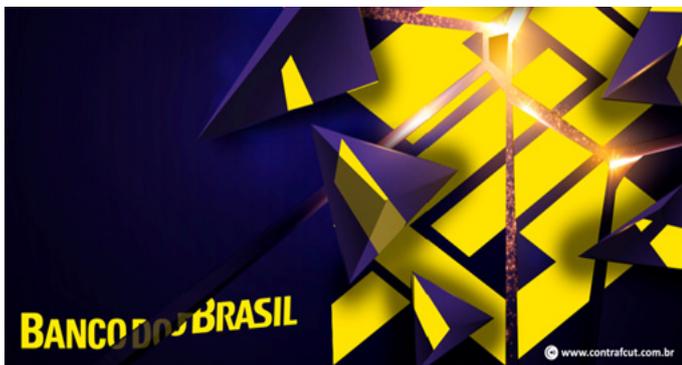
De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem e devem votar no segundo turno, em 30 de outubro, todos que estão em situação regular com a Justiça Eleitoral. Além da escolha do próximo presidente da República, as eleitoras e os eleitores elegerão governadores de 12 estados.

Foto: Roberto Parizzotti

Fonte: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil

Dados revelam processo de desmonte do BB, que reforça risco de privatização

Redução de agências e de funcionários no Banco do Brasil repete a trajetória de empresas e bancos públicos que foram privatizados



O Comitê de Luta em Defesa do BB, movimento criado por funcionários e funcionárias do Banco do Brasil, alerta que, entre 2014 e o primeiro semestre de 2022, a carteira de crédito do banco caiu 25%, passando de mais de 1,08 milhão para cerca de 813 mil.

Com base em dados organizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o coletivo lembra ainda que, de dezembro de 2018 a setembro de 2022, foram fechadas 1.933 agências e mais de 10 mil postos de trabalho.

“Essa redução de participação no mercado e do seu papel como banco público (afinal, as cidades do interior são as mais atingidas) é bastante preocupante e segue o movimento que antecedeu a venda de outros bancos públicos, a exemplo de Banespa, Banestado e Banerj”, destaca o coordenador da Comissão de Empresa do Banco do Brasil (CEBB) e membro do Comitê, João Fukunaga.

Risco aos planos de saúde e previdência

O movimento reflete ainda que, em caso de privatização do BB, Cassi e Previ, entidades de planos de saúde e de previdência dos funcionários do banco, respectivamente, podem desaparecer.

“Foi isso o que aconteceu com as entidades semelhantes dos bancos públicos que foram privatizados. Os planos de saúde e Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

previdência foram enfraquecidos, aumentando o custo para os participantes, ou simplesmente desapareceram”, lembra Fukunaga. “Então, por que um comprador do mercado manteria benefícios melhores para os funcionários do BB? Atualmente, os planos da Cassi e da Previ têm direitos maiores do que os de qualquer empresa privada”, continua Fukunaga.

Dada a redução crescente da participação do BB no mercado, o coordenador do Comitê avalia que a sociedade e os funcionários do banco devem ficar atentos. “Não podemos nos basear apenas no discurso político, temos que prestar atenção na atuação do governo atual. E o que estamos observando, infelizmente, é a preparação do BB para ser entregue ao mercado”, conclui o coordenador da CEEB.

Queda na bancarização

O Dieese mostra que, do total de 1.933 agências fechadas pelo BB, desde dezembro de 2018, 35,70% foi nas capitais e 64,30% em municípios do interior. E o número de municípios no país sem agência alguma, independente do banco, aumentou em 9%, até setembro de 2022, totalizando 206.

“Ao longo da trajetória de atuação bancária do país, foram os bancos públicos que mais se preocuparam em levar serviços às cidades menores e para o campo. A bancarização, além de trazer segurança às famílias e pequenos negócios, permite melhor controle e planejamento financeiro”, explica Fukunaga. “Mas o que estamos vendo nos últimos anos é um retrocesso, com impactos para o desenvolvimento, pois isso significa reduzir a circulação de dinheiro para a economia local”, pontua Fukunaga.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF